

2

A história dos instrumentos de medida em psicologia: da personalidade à ansiedade

Alguns teóricos da personalidade dedicaram suas pesquisas ao estudo da ansiedade, resultando nos instrumentos de medida deste constructo. As primeiras técnicas de avaliação com objetivo de certificar ou qualificar indivíduos foram encontradas na China por volta do ano de 2200 ac, onde o imperador administrava testes em seus funcionários a cada três anos. Ainda no ano de 1115 ac, no início da dinastia Chan um exame foi proposto à candidatos a cargos de serviço público. Segundo Wainer (2000) os chineses descobriram que uma amostra representativa do desempenho de indivíduos, medida sob condições controladas, poderia prever de forma bastante precisa, o desempenho desses indivíduos sob outras condições. Tal procedimento era feito de forma similar aos padrões dos testes e exames atuais (Têng, 1943) e foi muito elogiado por filósofos iluministas como Voltaire e Quesnay, que propuseram a adoção de um procedimento semelhante na França em 1791. Consta também a citação do exemplo chinês pelos reformadores políticos britânicos, como modelo a ser adotado na escolha de funcionários para o serviço civil na Índia em 1833. O sistema de exames introduzido no congresso norte americano em 1868 contém uma descrição cuidadosa do sistema chinês e britânico (Wainer op. cit., 2000)

Foi no contexto da educação que os testes começaram a vigorar. O primeiro registro parece ter ocorrido na Universidade de Bolonha, Itália em 1219, como uma prova oral, sendo adotada em 1257 pelo grupo de estudiosos que deu origem a Sorbone. Os testes escritos surgiram através dos Jesuítas, quando em 1599 foram convenionadas regras à serem obedecidas na condução dos testes (Ibid., 2000).

No início do século vinte várias pesquisas objetivaram os estudos dos efeitos e a utilidade dos diversos procedimentos dos instrumentos de medida. Destacam-se os trabalhos de Jastrow e Witmer nos EUA, fundando a primeira clínica de Psicologia; Thorndike, empregando testes de múltipla escolha na Universidade de Columbia em Nova Iork; e ainda os trabalhos de Kraepelin (um

dos primeiros alunos de Wundt) e Ebbinghaus, na Europa que serviria como base, tardiamente, para o teste de inteligência de Binet (Wainer, op. cit, 2000). Ainda nessa época, os psicólogos Otis e Terman, da Universidade de Stanford, desenvolveram um teste de inteligência objetivado no cálculo do escore, tal teste foi utilizado em soldados durante a Primeira Guerra, e tornou-se conhecido como o Teste *Army Alpha*, inaugurando a era dos testes mentais em larga escala. (Ibid, 2000)

Dentre os pioneiros no desenvolvimento de medidas da atividade mental humana, em particular, da inteligência, está Francis Galton (1822-1911). A criação dos conceitos de correlação e de regressão está entre suas notáveis contribuições para estatística. (Galton, 1884). De acordo com a tradição filosófica empirista, o conhecimento é adquirido pela experiência através dos órgãos sensoriais. Dessa forma, Galton (ibid. 1884), trabalhando com dados sobre hereditariedade, fez uma analogia com as grandezas da física para conjecturar a existência de dimensões da mente. Galton (Ibid., 1884) acreditava que poderia medir a inteligência humana através da capacidade do sujeito em discriminar estímulos. Para tal, desenvolveu os primeiros instrumentos para medir com precisão processos relacionados com discriminação sensorial e coordenação motora.

Galton (Ibid., 1884) deu início a uma nova tradição de pesquisa científica em psicologia, a psicologia diferencial, base da psicologia da personalidade. De certo modo, este programa pautou todo o desenvolvimento da psicometria até hoje. De fato, o interesse de Galton (1892) pelas características individuais era tão grande, que o levou a descobrir a individualidade das impressões digitais. Mas foi Charles Spearman, aluno de Wundt em Leipzig e de Galton em Londres, que em dois artigos estabeleceu as bases teóricas da psicometria com a teoria do escore verdadeiro e a análise de fatores (Spearman, 1904a, 1904b). O desenvolvimento de um modelo de múltiplos fatores veio em seguida, proposto por Thurstone (1938, 1947) e desempenhou um papel importante no modelo de variáveis latentes, principalmente quando em 1947 foi criado o ETS (*Educational Testing Service*) e ele assumiu a chefia de departamento de estatística.

As décadas seguintes do pós-guerra consolidaram a análise dos fatores e os procedimentos altamente formalizados da Teoria Clássica dos Testes

(Gullikesen, 1950). Jane Loevinger (1947) percebeu a importância do estudo dos itens de um instrumento, como medidores do mesmo traço latente geral, introduzindo os conceitos de homogeneidade do teste e escalonabilidade de itens. Tais conceitos foram usados mais tarde, no desenvolvimento da escala de Mokken (1971) e da teoria de resposta ao item não paramétrica (Molenaar e Sijtsma, 2002).

Torna-se importante nesse momento delimitar alguns conceitos, como o de variável latente. Os modelos estatísticos de avaliação mais modernos consideram dois tipos de variáveis: variáveis observáveis (questão, item ou indicador) e variáveis não observáveis ou latentes (constructo teórico, característica, traço ou qualidade latente). (Skrondal e Rabe-Hesketh, 2004). Segundo Bollen (2001), a variável latente é simplesmente aquela variável do modelo que não consta da base de dados com a qual estamos trabalhando. Uma variável latente pode ser observável, mas pode não ter sido observada naquela ocasião. Esta definição inclui entre as variáveis latentes características usuais como habilidades e competências, e ainda, os efeitos aleatórios de modelos multinível e os dados faltantes de variáveis observadas.

James McKeen Cattell (1860-1944) teve um papel de extrema importância para o desenvolvimento da psicologia experimental e aplicada, apresentando numerosos estudos sobre tempo de reação, associação, percepção, leitura e psicofísica. Embora tenha sido o primeiro assistente de Wundt no Instituto de Psicologia Experimental, J.M. Cattell foi muito influenciado por Galton, quando em 1887 uniu-se a ele com objetivo de desenvolver medidas psicofísicas associadas à inteligência. (Cattell, 1888) Em 1890 escreveu um artigo clássico em psicologia sobre medidas e testes mentais. (Cattell, 1890). J.M.Cattell, foi responsável pela criação do primeiro laboratório de Pensilvânia em 1891, registrando seu interesse por laboratórios de psicologia em várias de suas publicações (Cattell, 1889 e 1928).

O primeiro professor a lecionar um curso sobre a teoria da personalidade em uma universidade foi Gordon W. Allport (1897-1967), com a tese “Um estudo experimental dos traços de personalidade”, que seria a base dos futuros estudos na psicologia da personalidade. De acordo com Allport (1961), cada pessoa tem um certo número de traços específicos que constituem e predominam em sua

personalidade, o que ele denominou traços centrais. Os traços que ocasionalmente predominam sobre outros são chamados traços cardinais. Tanto os traços centrais como os cardinais surgem de comportamentos e interações específicas de cada criança. Com o desenvolvimento da criança alguns traços se tornam funcionalmente autônomos, constituindo a personalidade do indivíduo adulto (Herder, 1986).

Eysenck (1916-1997) contribuiu de forma significativa para o avanço das teorias científicas da personalidade tendo desenvolvido vários métodos de avaliação de personalidade. Eysenck foi um dos primeiros psicólogos a utilizar a análise fatorial, introduzida por Spearman (loc cit, 1904a) para estudar a personalidade. Ele concordava com Cattell (1946) ao afirmar que a personalidade é composta de traços ou fatores produzidos a partir da análise fatorial, entretanto foi um crítico em relação a subjetividade na técnica por ele criada. (Eysenck, 1968). Eysenck (1947) sugeriu que seriam duas as dimensões primárias da personalidade: Extroversão (referindo as experiências emocionais positivas e sociais) e Neurotismo (referindo as experiências emocionais negativas). Mais tarde, na década de 70, ele adicionou a terceira dimensão, que denominou Psicotismo, referindo-se ao controle dos impulsos emocionais. Por isso seu modelo ficou conhecido com P-E-N. (Eysenck, 1970). Dentre as escalas psicométricas de avaliação da personalidade baseadas no modelo de Eysenck podemos destacar: *Maudsley Medical Questionnaire*, *Eysenck Personality Inventory* (EPI), *Eysenck Personality Questionnaire* (EPQ) *Sensation Seeking Scale* (desenvolvida em colaboração com Marvin Zuckerman). *The Eysenck Personality Profiler* (EPP).

O “Big Five” ou Modelo dos Cinco Grandes Fatores nasceu dos estudos sobre a Teoria dos Traços de Personalidade, representando um avanço conceitual e empírico desta área, pois descreveu dimensões humanas básicas de forma consistente e replicável. (McCrae. & Costa, 1989). O modelo do Big Five começou a ser estruturado no início da década de 1930, quando McDougall sugeriu analisar a personalidade a partir de cinco fatores independentes que, na época, foram denominados intelecto, caráter, temperamento, disposição, e humor (John, Angleitner, & Ostendorf, 1988). Nessa mesma época, na Alemanha, Baumgarten sugeria uma análise da linguagem para entender os traços da

personalidade. O trabalho de Baumgarten teve uma influência fundamental sobre Allport que, em conjunto com Odbert, examinou cerca de 400.000 palavras do *Webster's New International Dictionaire*, derivando 4.500 descritores de traços de personalidade, estudo que muito influenciou Cattell em sua publicações na década de 40 (Briggs, 1992).

As publicações de Cattell e Eysenck dominavam a literatura como os principais modelos obtidos através da análise fatorial, quando Robert McCrae e Paul Costa (op. Cit, 1989), trabalhando no centro de pesquisas de Gerontologia do *National Institute of Health* em Baltimore, Maryland, iniciaram um extensivo programa de pesquisas que identificou os chamados cinco grandes fatores: Neuroticismo/Extroversão/Franqueza/Afabilidade/Consciência.

Cada pesquisador, ao trabalhar com análise fatorial nos traços de personalidade, encontra diferentes fatores nomeando-os de diferentes formas. Ao comparar o modelo P-E-N de Eysenck com o modelo do Big Five nota-se que os fatores Extroversão e Neuroticismo têm as mesmas características, ao passo que o Psicotismo corresponde a dois traços diferentes no modelo do Big Five: Consciência e Afabilidade. (Briggs op cit, 1992).

O fator Extroversão/Introversão no modelo Big Five, (em inglês, o termo *surgency*, utilizado originalmente em 1961 por Tupes e Christal (1992) também pode ser encontrado com certa frequência) corresponde ao fator "Atividade Social" do sistema de Guilford (1975), assumindo as seguintes características: Orientação para o mundo exterior, sociabilidade, impulsividade, gosto pela companhia de outras pessoas, assertividade, dominância social. Eysenck (op. Cit., 1970) postulou que essas diferenças são determinadas geneticamente, e dedicou alguns estudos para detectar diferenças dos níveis de elevação cortical entre pessoas extrovertidas e introvertidas. De acordo com Eysenck (1990), pessoas mais extrovertidas apresentam naturalmente níveis mais baixos de atividade cortical e por isso buscam mais excitação no meio ambiente. Em contraposição, pessoas mais introvertidas buscam menos estimulação externa pelo fato de já apresentarem níveis de excitação cortical basal elevados.

O fator Afabilidade foi denominado originalmente usando o termo inglês *agreeableness*, indicando uma tendência a ser socialmente agradável, caloroso, dócil, ter boa índole, ser piedoso, confiável, cortês. (McCrae e Paul Costa, op cit

1989). Robert Lorr e Strack (1993), em suas análises fatoriais dos traços de personalidade, utilizaram a expressão “Nível de Socialização”, para identificar um fator com as mesmas características. Alguns autores, como por exemplo Digman (1990), acreditam que existem duas dimensões nesse fator, quando afirmam que o termo Afabilidade é “Tépido para descrever uma dimensão que envolve os aspectos mais humanos da pessoa – Enquanto em um extremo da dimensão são apresentadas características como altruísmo, cuidado, amor, apoio emocional; no outro extremo aparece a hostilidade, indiferença aos outros, egoísmo, e inveja como características principais.” (Ibid. 1990, pp. 422-424) Digman, (Ibid.,1990) e McAdams, (1992) em seus estudos sobre a estrutura da personalidade, utilizaram os marcadores do Modelo dos Cinco Grandes Fatores em suas análises fatoriais e perceberam que, parte dos itens da escala de Psicoticismo, terceiro fator de Eysenck (loc cit ,1970), carregam bem neste fator. Tal estudo confirma a teoria de Digman (op cit, 1990) que o Psicoticismo de Eysenck caracteriza agressividade, frieza, egocentria, insensibilidade com relação às necessidades e os sentimentos dos outros.

O fator originalmente denominado Neuroticismo por Robert McCrae e Paul Costa (loc cit, 1989) compreende um domínio da personalidade bem conhecido e descrito e faz parte da maioria dos instrumentos de avaliação da personalidade (Widiger & Trull, 1992). As características desse fator são muito associadas a dimensões neuróticas da personalidade, como ansiedade, depressão, tensão, irracionalidade, emoção; e geralmente apresenta características de baixa auto-estima e tendência a sentimentos de culpa. Tanto a nomenclatura quanto as características correspondem ao segundo fator (Neuroticismo) da escala de Eysenck (op cit,1970), que acredita que este fator é produto muito mais da genética do que da aprendizagem, apresentando manifestações tanto biológicas quanto comportamentais. Essencialmente, pessoas com alto Neuroticismo apresentam maior atividade nas áreas cerebrais que controlam a ramificação simpática do sistema nervoso autônomo, caracterizando aumento na taxa de respiração, da frequência cardíaca e da liberação de adrenalina. Segundo Eysenck (op cit, 1970), tal condição é inata e conduz a uma elevação da emoção em resposta a quase todas as situações difíceis. Características de personalidade

envolvendo afeto positivo e negativo, ansiedade, estabilidade emocional, etc., se agrupam neste fator.

O fator originalmente denominado Consciência (*conscientiousness*, em inglês) por Robert McCrae e Paul Costa (op cit, 1989) é talvez o fator que assume o maior número de termos de acordo com diferentes autores. As características desse fator são muito associadas a dimensões de personalidade que levam a responsabilidade, honestidade, geralmente são pessoas trabalhadoras, cuidadosas e organizadas. No outro extremo desse fator, encontramos características como, negligência e irresponsabilidade, que muito se assemelham as dimensões do Psicotismo da escala de Eysenck (op cit, 1970). Em análise de literatura mais específica, Hutz, C. S. e Bandeira, D. R. (1993) encontraram o fator Consciência de Robert McCrae e Paul Costa (op cit, 1989) definido pelo termo Escrupulosidade. Outro termo frequentemente empregado para designar as mesmas características tem sido Vontade - *Will*. Alguns estudos têm mostrado que este fator se correlaciona com desempenho acadêmico, organizando e dirigindo o comportamento, o que levou alguns autores (Smith, 1967) a denominá-lo vontade (desejo) de realização - *will to achieve*.

Existe na literatura três termos bastante utilizados para descrever o fator Franqueza. Originalmente denominado *openness* por Robert McCrae e Paul Costa (op. Cit, 1989), foi traduzido como Franqueza por Schultz & Schultz (2002), assumindo características como originalidade, independência, criatividade e ousadia. Pesquisadores como Bergerman (1993) e Pedersen (1988) realizaram estudos com gêmeos e verificaram um forte componente hereditário nesse fator, assim como no Neuroticismo, na Extroversão e na Consciência. Verificou-se que apenas a Afabilidade possui um componente ambiental mais forte que o hereditário. Por apresentar uma alta correlação positiva com a inteligência, o fator Franqueza é também conhecido como Intelecto em algumas pesquisas e diz respeito à percepção que a pessoa (ou os outros) tem de sua própria inteligência ou capacidade. (Zuckerman, 1991) Este fator, que também tem sido chamado de “Abertura para Experiência”, engloba características como flexibilidade de pensamento, fantasia, imaginação e interesses culturais.

Os principais questionários e inventários de avaliação da personalidade, desenvolvidos com base nestas teorias da personalidade, quando submetidos a

análises fatoriais, isoladamente ou em conjunto, produzem soluções compatíveis com o modelo dos cinco grades fatores (por exemplo, o 16-PF, o MMPI, a escala de Necessidades de Murray, o California Q-Set, as escalas de Comrey, entre outros).

Outro importante teórico da personalidade Raymond B. Cattell (1946), discípulo de Allport, dedicou seus estudos à análise fatorial da teoria da inteligência dos dois fatores, desenvolvida por Charles Spearman (loc. Cit. 1904a), e fundou em 1945, o “*Laboratory of Personality Assessment and Group Behavior*”. Os trabalhos de Cattell (op cit., 1946) constituem a base teórica de vários instrumentos de avaliação, uma vez que ele produziu um mapeamento dos domínios da personalidade, da motivação e das habilidades através do emprego da análise fatorial. Raymond Cattell (ibid, 1946) iniciou sua contribuição para o estudo da personalidade como teórico dos “Traços de Personalidade”. O Traço é uma característica pessoal relativamente estável. De acordo com a teoria do Traço, podemos classificar as pessoas por grupos compostos por características específicas, como por exemplo, os tímidos ou os extrovertidos, os mais ou menos ansiosos. Em 1949 Cattell publicou seus estudos gerando o famoso teste de personalidade 16 PF (*16 personality factors*). De acordo com esses estudos, os traços da personalidade podem ser resumidos em 16 fatores ou grandes traços. Cada pessoa teria, em certo nível, cada um desses traços, que podem ser quantificados. Tal teoria serviu como base para o desenvolvimento de vários instrumentos de medida preocupados, em quantificar a personalidade e a ansiedade.

2.1

Os estudos do 16 PF

Atualmente, o 16PF é o questionário que identifica e mapeia as dimensões básicas da personalidade normal, presente nas mais diversas, culturas resultando críticas de muitos pesquisadores como Guilford (op cit 1975) e Eysenck (1972). Ambos não concordavam com os fundamentos psicométricos do 16PF (ver, por exemplo, Bolton, 1977; Burdsal & Bolton, 1979) pois encontraram dificuldade para reproduzir independentemente a estrutura de personalidade colocada em

lugar seguro por Cattell (1973) e seus colaboradores diretos no *Institute for Personality and Ability Testing* (IPAT). Ainda assim, desde sua versão original na década de 40, o 16PF vem sendo muito utilizado por pesquisadores da personalidade, psicólogos clínicos, educacionais e organizacionais (Fabricatore, Azen, Schoentgen, & Snibbe, 1978; Fox, Haboucha, & Yossi, 1981; Lord, 1996; Seisdedos, 1996).

Em sua quinta edição, o 16PF parece ter chegado ao ponto de maturidade proposto por Cattell (1970) para medir as características da personalidade normal, sendo então validado em outros países sob o mesmo conjunto de itens, porém, não seguindo os mesmos procedimentos ou análises estatísticas, especialmente aquelas relacionadas com a análise fatorial. Estas variações nas análises estatísticas são consequência da pouca capacidade dos processadores e programas estatísticos informatizados na década de 70. Os padrões anteriores refletiam máquinas e programas ad hoc, operados em locais bastante específicos e restritos. Os atuais programas estatísticos BDMP e o SPSS abriram vias para padrões comerciais em análises multivariadas, eliminando os mitos em torno dos softwares que eram utilizados em cada centro de pesquisa separadamente.

Rolland e Mogenet (1996), com uma amostra de 1.000 participantes, estudaram a validade de construto (estrutura fatorial) e a consistência interna (Alfa de Cronbach) para a versão francesa do 16PF-5. Prieto, Gouveia e Fernández (1996) também estudaram a estrutura primária do 16PF-5 em sua versão espanhola e confirmaram os fatores de primeira ordem que o 16PF-5 procura medir. A padronização do 16PF quinta edição em população brasileira foi realizada no ano de 1998 através do CEPA em uma amostra de 1152 participantes. Técnicas de Análise Fatorial baseadas no método do Fator Analítico criado por Cattell (1978) foram aplicadas confirmando a similaridade entre estrutura original americana e a traduzida para o Brasil. A confiabilidade do teste foi evidenciada através da técnica do teste-re-teste produzindo uma correlação entre 0,84 e 0,91 e um alto índice de consistência interna (Alfa de Cronbach, 0,74). Pesquisas recentes mostram que apesar das diversas formas do 16PF (A, B, C, D e E) e das versões desenvolvidas com a proposta de avaliar a personalidade em idade jovem (o HSPQ e o CPQ), a publicação recente do 16PF-5 continua leal

à sua missão original de avaliar os fatores básicos subjacentes à personalidade normal, segundo o modelo descrito por Cattell. (Conn & Rieke, 1994).

Um número especial da publicação “*European Review of Applied Psychology*” dedicado à nova edição do 16PF (Seisdedos op cit, 1996) demonstra um grande esforço no sentido de validar suas diferentes formas, respeitando a estrutura de dezesseis dimensões de primeira ordem, e cinco de segunda ordem para a descrição da personalidade humana. Cattell e Cattell (1995). Provavelmente as próximas modificações, se ocorrerem, serão mais uma questão de adaptação cultural do que de estruturação teórica e efetividade psicométrica. No segundo semestre de 2000 foi produzido um software para apuração informatizada do 16PF.

A alta correlação dos estudos sobre os 16 fatores de personalidade apresentados por Cattell (op cit., 1949), resultou no que ele chamou de “Fatores de Segundo Estrato” ou seja, uma Análise Fatorial de Segunda Ordem feita sobre os próprios escores dos 16 fatores, gerando uma quantidade menor de dimensões fundamentais da personalidade que os representam e resumem. Cattell (1979) notou que fatores de segunda ordem geralmente correspondem a um ou mais fatores de primeira ordem nos dados dos testes objetivos (chamados de dados-T), que por sua vez, tocam de maneira mais direta as causas subjacentes, contornando as influencias situacionais e verbais que afetam os dados dos questionários e inventários de vida (chamados dados-Q e dados-L).

É tentador focar os fatores de segunda ordem por serem em menor número, o que torna mais fácil a compreensão da pesquisa. Mas Cattell (ibid.1979) adverte para o erro de pensar que os fatores de estratos mais altos têm maior importância. Na verdade os 16 Fatores Primários predizem melhor o comportamento do que os Fatores de Segunda Ordem ou Globais que são descritos como Exvia-Invia (Extroversão - Introversão) Ansiedade, Cortesia, Independência e Discernimento, e remetendo-nos aos Cinco Grande Fatores - Big Five na maioria das pesquisas. (Reuter, Shuerger & Wallbrown, 1985).

Dentre os fatores de segunda ordem, a Extraversão vem sendo considerada desde as mais antigas descrições da personalidade. O constructo é largamente atribuído a Jung (1971), mas foi descoberto e descrito em vários estudos subsequentes como os de Eysenck (1960) e Cattell (1957). Segundo o Manual

original do 16PF a Extraversão orientava para uma participação social geral (Cattell op cit 1970) concordando com Eysenck (op cit. 1970) quando postula a existência de uma base genética. Os extrovertidos tendem a ser direcionados a busca de relações interpessoais, ao passo que os introvertidos tendem a ser menos sociáveis. Muito embora a Introversão seja vista como menos conveniente que a Extraversão, ela pode ser associada a independência de pensamento e a uma tendência a sobriedade e auto-suficiência. Cattell (1957) desenvolveu um instrumento para medir de forma rápida e objetiva a díade Extraversão X Introversão. O “*Contact Personality Factor*” (CPF) é um teste que consta de quarenta itens respondidos em aproximadamente cinco minutos.

Igualmente a Extraversão, o fator Ansiedade vem sendo descrito desde os primeiros estudos da personalidade e continua a ser usado em estudos dos Cinco Grandes Traços da personalidade (Goldberg, 1992). A Ansiedade pode advir em resposta de eventos externos ou ser gerada internamente. Pode ainda ser uma ativação do sistema de defesa associado a uma ameaça real ou imaginária. Pessoas pouco ansiosas tendem a ser imperturbáveis, minimizando efeitos negativos e desmotivadas à mudanças por sentirem-se confortáveis. Por outro lado, pessoas ansiosas que experimentam efeitos mais negativos podem apresentar dificuldades em controlar suas emoções ou reações e podem agir de forma contraproducente (Ver o Manual 16PF). A partir deste fator, Cattell e Scheier, (1959) elaboraram uma escala auto-administrativa não projetiva de quarenta itens para medir apenas a angústia/ansiedade: o “*Anxiety Scale*” (IPAT), disponível em versões para adultos e crianças. Este instrumento não enfatiza a ansiedade patológica, sendo sensível apenas à diferenças entre níveis de ansiedade normal.

O IPAT divide-se em duas escalas: A Escala de Ansiedade Latente “*The Hidden Anxiety Scale*” correspondente aos 20 primeiros itens e a Escala de Ansiedade Manifesta: “*The Manifest Anxiety Scale*” que corresponde aos 20 últimos itens. Cada escala é dividida em cinco fatores: Apreensão (“*apprehension*” - O), Tensão (“*tension*” -Q4), Instabilidade Emocional (“*emotional instability*” - C), Suspeita (“*suspicion*” - L) e Falta de Controle (“*lack of control*” - Q3). O IPAT foi extensivamente usado em pesquisas na *Indiana University Medical Center* nas décadas de 60/70, contribuindo para sua sofisticação psicométrica. (Cattell e Scheier, 1963). Tal teste serviu de base para o Inventário de Ansiedade

Traço-Estado (IDATE), elaborado por Spielberger et al. (1970) seguindo a mesma teoria dos Traços de personalidade.

2.2

Medindo Ansiedade

Atualmente numerosos esforços têm sido feitos na tentativa de definir operacionalmente e avaliar o construto ansiedade, objetivando instrumentos de medida mais confiáveis. Segundo Keedwell e Snaith (1996), as escalas de ansiedade medem vários aspectos que podem ser agrupados de acordo com os seguintes tópicos:

Humor – a experiência de uma sensação de medo não associado a nenhuma situação ou circunstância específica; a apreensão em relação a alguma catástrofe possível ou não identificada.

Cognição – preocupação com a possibilidade de ocorrência de algum evento adverso a si próprio ou a outros; pensamentos persistentes de inadequação ou de incapacidade de executar adequadamente suas tarefas.

Comportamento – inquietação, ou seja, incapacidade de se manter quieto e relaxado mais do que alguns minutos, andando de um lado para o outro, apertando as mãos ou outros movimentos repetitivos sem finalidade.

Estado de hipervigilância – aumento da vigilância, exploração do ambiente, resposta aumentada a estímulos (sustos), dificuldade de adormecer (não devida à inquietação ou à preocupação).

Sintomas somáticos – sensação de constrição respiratória, hiperventilação e suas conseqüências, tais como espasmo muscular e dor (sem outra causa conhecida), tremor; manifestações somáticas de hiperatividade do sistema nervoso autônomo (taquicardia, sudorese, aumento da frequência urinária).

Outros – esta categoria residual pode incluir estados como despersonalização, baixa concentração e esquecimento, bem como sintomas que se referem a um desconforto, não necessariamente específico de ansiedade.

Existe ainda uma diferença entre medidas implícitas e explícitas de ansiedade. As medidas implícitas são aquelas que não se apresentam consciente na resposta do sujeito avaliado. Alguns exemplos destas medidas são os Testes

projetivos de Rorschach, o Teste de Apercepção Temática, e o Teste de Associação Implícita (TAI), desenvolvidos para avaliar o auto-conceito de ansiedade, sem que o avaliador esteja presente, e que o sujeito avaliado tenha conhecimento do processo de avaliação (Egloff e Schmukle, 2002). A eficiência dessas medidas está na redução de aspectos artificiais relacionados com o controle consciente do sujeito avaliado, mas por outro lado, elas apresentam problemas de controle experimental assim como questões de natureza ética, uma vez que são realizadas sem o consentimento do sujeito experimental.

Com relação às medidas explícitas de avaliação do estado geral de ansiedade, pode-se dizer que são aquelas que contam com uma reflexão consciente por parte do sujeito que está sendo avaliado. Muitas escalas foram desenvolvidas para tal avaliação, dentre elas destaca-se o Inventário de Ansiedade de Beck (Beck, 1988), a Escala de Ansiedade de Hamilton (Hamilton, 1959), a Escala Breve de Ansiedade (Tyrer, Owen, Cicch, Etti, 1984), Escala Clínica de Ansiedade (Snaith, Baugh, Clayde, Husai, Sipple, 1982). Dentre estas, as escalas de Beck (Ansiedade e Depressão) foram traduzidas e adaptadas para o português por Jurema Alcides Cunha e publicada pela Editora Casa do Psicólogo (Cunha, 2001). Entretanto o destaque principal deste trabalho é o Inventário de Ansiedade Traço-Estado. A construção dos itens que compõem o IDATE foi resultado de sucessivas etapas de verificações empíricas e seleções de itens de três escalas de ansiedade explícita: a Escala de Ansiedade Manifesta de Taylor (1953), a Escala de Ansiedade de Welsh (1965) e a Escala de Ansiedade IPAT (Cattell e Scheier, op cit 1963).

Uma das dificuldades mais comumente encontradas nas escalas de avaliação da ansiedade está na superposição desta com sintomas depressivos. Muitos pesquisadores têm dificuldade em separar ansiedade e depressão, tanto em amostras clínicas (Prusoff e Kerman, 1974) quanto não-clínicas (Gotlib, 1984), e sugerem que os dois construtos podem ser componentes de um processo de estresse psicológico geral. Em outro aspecto, essa superposição pode ser consequência de limitações psicométricas das escalas utilizadas para medir ansiedade e depressão. Por exemplo, Endler et al. (1992), aplicando várias escalas de ansiedade e depressão em uma amostra de 605 estudantes universitários, encontrou uma alta correlação entre depressão e ansiedade medidas pelo

Inventário de Depressão de Beck (BDI) (Beck, op cit 1988) e o IDATE (Spielberger op cit., 1970) (correlação variando de 0,35 a 0,70). Por outro lado, utilizando uma escala multidimensional de ansiedade (EMAS) e o BDI (Beck, op cit 1988), a correlação foi consideravelmente menor (correlação variando de - 0,4 a 0,4). Clark e Watson (1990) resumem as limitações encontradas nas escalas de avaliação da ansiedade e da depressão em quatro aspectos:

1. escalas de auto-avaliação de ansiedade e depressão apresentam uma correlação que está entre 0,40 e 0,70, tanto em amostras de pacientes como em normais.

2. escalas de ansiedade correlacionam-se tanto com escalas de depressão como com outras escalas de ansiedade e as escalas de depressão também apresentam essa falta de especificidade.

3. a avaliação clínica de ansiedade e depressão também mostra essa superposição.

4. somente a metade dos pacientes com ansiedade e depressão apresenta quadros puros.

A escolha de uma determinada escala para medir a ansiedade, deve ser baseada nos aspectos que a escala em questão estará medindo. Existem escalas que medem a ansiedade normal e escalas que medem a ansiedade patológica. Uma outra distinção importante está entre escalas ou instrumentos com finalidade diagnóstica e escalas de quantificação de intensidade ou gravidade em sujeitos já diagnosticados, utilizadas para avaliação de tratamentos. A interpretação dos resultados pode ser muito diferente dependendo tanto da escala utilizada e sua sensibilidade a mudanças, quanto das informações básicas a respeito dos valores normativos em diferentes grupos (idade, sexo, grupo étnico, presença ou não de diagnóstico). Porém, em muitos estudos a escolha das escalas é feita aleatoriamente, sem qualquer referência ao que se pretende medir e às propriedades psicométricas das escalas utilizadas.